

Comissão Coordenadora

Relato da reunião realizada a 19/07/2024, pelas 12h00, via plataforma Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação da proposta de relato da reunião anterior (21 de fevereiro de 2024);
3. Plano de atividades de 2024: ponto de situação;
4. Outros assuntos.

Estiveram presentes, para além do Presidente, Domingos Fernandes, os conselheiros António Firmino da Costa e António Neto Mendes e as conselheiras Flávia Vieira, Maria Assunção Flores, Jesus Maria Vaz Fernandes e Patrícia Ávila.

No ponto 1, e após cumprimentar e agradecer a presença, o trabalho e a dedicação de todos, o Presidente transmitiu as seguintes informações:

- a) Foi constituída e já está em funcionamento a Comissão Eventual Especializada no âmbito da educação e do ensino da música, a qual será presidida pelo conselheiro Rodrigo Queiroz e Melo;
- b) No âmbito do regime jurídico das instituições do ensino superior (RJIES), a comissão de educação e ciência da Assembleia da República criou um grupo de trabalho em que vai ouvir uma diversidade de entidades, incluindo o CNE cuja audição será agendada a partir de 15 de setembro. Foi igualmente solicitado um contributo escrito do CNE sobre o RJIES que deverá ser remetido à AR até 15 de outubro.
- c) No dia 2 de julho, o Presidente do CNE foi recebido pelo Ministro da Educação, Ciência e Inovação e os respetivos Secretários de Estado. Nesta reunião foi possível informar a equipa ministerial acerca do trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito do Estado da Educação, do DICA e do EDA, com particular ênfase para o que está previsto ao nível das temáticas a abordar no Estado da Educação: a educação dos 0 aos 12, o desenvolvimento do ensino secundário, PLNM, a autonomia e territorialização das políticas públicas de educação e a inovação pedagógica no ensino superior. A equipa ministerial demonstrou interesse e apreço pelos projetos apresentados, em particular pelas temáticas do Estado da Educação, salientando a visão prospetiva, analítica e crítica desta publicação.
- d) Na referida reunião, o Presidente teve oportunidade de manifestar algumas preocupações relacionadas com os recursos humanos, pois há meses que o CNE está sem Secretário-Geral e a Assessoria Técnico-Científica (ATC), por razões diversas, tem vindo a funcionar com menos dois elementos o que tem sobrecarregado significativamente o trabalho de todos, incluindo o do Presidente. Neste contexto, o Presidente informou que foi possível obter o interesse de 4 novos elementos para a equipa da assessoria e, desse modo, será pedida a sua mobilidade estatutária. Deste modo, em setembro próximo, a ATC voltará a ser constituída por 10 elementos, sete das quais com o grau de doutor. Relativamente à questão do Secretário-Geral, o Presidente foi informado pelo senhor Ministro de que a Doutora Nilza de Sena irá ser nomeada para ocupar o cargo em regime de substituição. Perante este facto, o Presidente sugeriu ao Ministro da Educação, Ciência e Inovação a possibilidade de um encontro com a mesma a fim de se conhecerem e dialogarem acerca do trabalho que é necessário realizar no CNE. Aguarda-se data para este encontro, o qual, por sugestão do senhor Ministro, será nas instalações do Ministério da Educação, Ciência e Inovação.
- e) O pedido de descativação de verbas foi uma questão abordada pelo Presidente tendo sido informado de que a situação seria resolvida a muito curto prazo.

- f) Foi proposta pelo Presidente do CNE a atualização dos valores a pagar aos conselheiros pela sua participação no plenário, na comissão coordenadora e nas comissões permanentes com base no Indexante de Apoios Sociais (IAS) cujo valor base é de 509,26 euros. Assim, foi proposto 40% do IAS para a participação nas reuniões da CC e 20% para a participação nas reuniões das Comissões Especializadas e nas reuniões plenárias do conselho.
- g) O Presidente deu conhecimento ao Ministro e à sua equipa do plano de atividades do CNE, destacando o trabalho desenvolvido no âmbito das recomendações produzidas, da natureza das mesmas e do que está a ser desenvolvido na sequência da sua publicação.
- h) O Presidente convidou o Ministro da Educação, Ciência e Inovação e os respetivos Secretários de Estado para se deslocarem ao CNE para apresentarem as prioridades da política educativa e para dialogarem com os conselheiros. O convite foi aceite e a reunião plenária do CNE ficou agendada para o dia 22 de julho.

Ainda no ponto 1 da ordem de trabalhos, e a propósito da nomeação da Secretária-Geral, os presentes refletiram acerca da importância do CNE, através do seu presidente, dever ser ouvido previamente a qualquer nomeação (em regime de substituição ou decorrente de recrutamento via Cresap), atendendo ao facto da Lei Orgânica não se referir expressamente ao processo de recrutamento do Secretário-Geral. As competências previstas no art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 21/2015, de 3 de fevereiro, implicam, necessariamente, o alinhamento e a interligação com as competências do Presidente, o qual é eleito pela Assembleia da República por maioria absoluta dos deputados, em efetividade de funções, conforme determina a alínea a), do ponto 1, do art.º 4.º, do referido Decreto-Lei. Neste contexto, e sendo o CNE um órgão independente, a nomeação para o cargo de Secretário-Geral devia ser feita em estreita articulação entre a presidência do CNE, ouvida a respetiva comissão coordenadora, e o Governo.

No ponto 2, o relato da reunião anterior (21 de fevereiro de 2024) foi aprovado, por unanimidade.

No ponto 3, o Presidente do CNE e os Coordenadores das CEP, fizeram um ponto de situação relativamente ao plano de atividades de 2024, destacando o seguinte:

- a) O Presidente referiu o feedback muito positivo das ações desenvolvidas pelas CEP no âmbito da divulgação das recomendações aprovadas pelo CNE e disse, também, que o encontro EDA50 realizado no dia 28 de maio, em Santarém, no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de abril, foi muito participado e o balanço considerado positivo.
- b) O Coordenador da 6.ª CEP, António Firmino da Costa, informou que foi concluída a recomendação sobre o acesso ao ensino superior e que a comissão está a acompanhar os trabalhos no âmbito do RJIES. Após reunião de balanço com os respetivos conselheiros, ficou decidido que, em setembro ou outubro, estes trabalhos serão retomados e, desejavelmente, com a comissão mais estável, atendendo à mudança de conselheiros. O conselheiro António Firmino da Costa propôs que o CNE convide a professora Virgínia Ferreira, da Universidade de Coimbra, para que esta apresente, no plenário de finais de setembro ou outubro, o estudo sobre igualdade de género nas IES.
- c) A coordenadora da 5.ª CEP, Patrícia Ávila, informou que está a ser fechado o programa do seminário sobre “Diversidade linguística e inclusão de alunos migrantes”, prevendo-se a sua realização em outubro. A partir deste seminário serão feitas audições com o objetivo de elaborar uma proposta de recomendação sobre esta matéria.
- d) A coordenadora da 4.ª CEP, Assunção Flores, informou que o Plano de Atividades está a ser cumprido tal como previsto e que na sequência da publicação da recomendação *Dimensões estruturantes da profissão docente*, previu-se a realização de 3 webinars, dois

dois dos quais já se realizaram, respetivamente, a 20 de junho e 16 de julho, estando o próximo agendado para o dia 4 de outubro. No final destes webinários, será elaborada uma síntese com o objetivo de aprofundar alguns temas da recomendação, nomeadamente a questão da indução profissional que, estando prevista desde 1989, nunca foi regulamentada. A 26 de setembro terá lugar em Coimbra, o seminário sobre Lideranças Escolares. A coordenadora referiu a oscilação na participação de alguns elementos da 4.ª CEP pelo que pretende realizar, pelo menos, uma reunião presencial por ano (previsivelmente, em setembro). Em setembro, a CEP irá discutir acerca da organização conjunta do seminário das seis CEP, previsto para finais de novembro ou primeira quinzena de dezembro.

- e) O Coordenador da 3.ª CEP, António Neto Mendes, fez um ponto de situação do trabalho desenvolvido na CEP que coordena e informou que na 1.ª ou 2.ª quinzena de setembro irá reunir para retomar o trabalho relativo ao questionário que está pensado e para se organizarem para o seminário conjunto que está previsto para finais de 2024.
- f) A Coordenadora da 2.ª CEP, Flávia Vieira, fez referência aos 2 webinários já realizados e informou que o terceiro ocorrerá em outubro. Para cada webinar é elaborado um relatório síntese de cada sala, o qual dará origem a um relatório final que será enviado a todos os participantes e divulgado na página do CNE. Este relatório final, ou alguns aspetos do mesmo, poderá fazer parte do seminário conjunto, a realizar no final do ano.
- g) A coordenadora da 1.ª CEP, Jesus Maria Vaz Fernandes, fez um balanço do trabalho realizado e elencou algumas questões emergentes das audições feitas no âmbito da recomendação, *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade obrigatória (PASEO): contributos para a sua concretização nas escolas*, a saber: perfil do professor da escolaridade obrigatória; alunos migrantes e as dificuldades linguísticas e culturais; avaliação, em particular no ensino secundário tendo em conta que a consecução plena do PASEO, na opinião de uma diversidade de intervenientes, pode ser afetada pelo atual formato dos exames.

No ponto 4, não houve outros assuntos a tratar pelo que o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por terminada a reunião.